

Com relação especificamente à autonomia de gestão “financeira”, observam-se na UFRJ casos em que alguns setores são, de fato, ‘soberanos’. Seus orçamentos respectivos não são considerados no orçamento geral da universidade (somente são contabilizados os 5% que repassam às fundações). Como a UFRJ pode autonomamente estabelecer políticas de recursos humanos, se os programas de algumas unidades estabelecem quadros remuneratórios diferenciados? Trata-se de um processo de privatização ‘endógena’ da universidade pública. Desse modo, as fundações (que são de natureza privada) também afrontam a autonomia da universidade pública.

Do ponto de vista interno, a “autonomia” pode estender-se aos diferentes Centros e Unidades da universidade, através do fortalecimento dos colegiados e demais espaços públicos, concebidos aqui como esferas que praticam o autogoverno compartilhado da universidade.

Finalmente, mas não menos importante, a autonomia se expressa pela prerrogativa da autonormação. A Constituição assegurou às universidades a faculdade de elaborar as suas próprias leis, por meio do Estatuto, referenciadas exclusivamente nos termos da Carta Magna. Nenhuma lei infra-constitucional que regulamente a vida universitária retirando o amplo grau de autonomia assegurado pela Carta pode tolher a escrita da lei interna dos entes universitários. Por isso, compreendemos que o processo de elaboração do Estatuto é um momento constituinte para a vida acadêmica. Objetivamente, o Estatuto da UFRJ está incrustado de heteronomias e precisa ser substituído por um novo conjunto de leis internas. A realização de um amplo e democrático congresso interno é a melhor forma de iniciarmos um processo estatuinte que resulte em uma universidade reformada, autônoma frente aos governos, credos religiosos, aos interesses do mercado, concebidas como espaços públicos de produção e socialização de conhecimentos comprometidos com os problemas nacionais.

IV

AMPLIAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO

A democratização do acesso ao ensino superior público é reivindicada há décadas pelos movimentos sociais. Todavia, apenas 3% dos jovens entre 18 e 24 anos estudam em universidades públicas hoje. As estatísticas confirmam a afirmativa encontrada em documento do Andes-SN³ no sentido de que o ingresso, e o seguimento aos estudos, em instituições públicas e gratuitas de educação superior não estão ao alcance da esmagadora maioria da sociedade brasileira; note-se, uma sociedade capitalista dependente orientada por políticas macroeconômicas que perpetuam e aprofundam desigualdades existentes.

Observa-se que a desigualdade mencionada é justamente um dos fatores que contribui para que grande parte da população – em especial a população de baixa renda – não tenha acesso ao ensino superior. Os impedimentos apresentam-se desde a criança que não pode dar seguimento aos estudos na educação básica, pois necessita trabalhar para ajudar na economia doméstica, até o adolescente que ao concluir o ensino médio não obtém uma vaga no afunilado sistema público superior, assim como não dispõe de dinheiro para assegurar uma vaga no crescente sistema privado de educação superior.

Frente a tal quadro, não há de ser por meio de políticas neoliberais – exatamente as que se encontram nas origens de tal conjuntura – que poderemos alcançar transformações

³ “Agenda para a Educação Superior: uma proposta do ANDES-SN para o Brasil de hoje”. Brasília, 2005.

que venham de encontro aos anseios dos movimentos sociais. Pelo contrário, tais políticas só fazem ampliar a exclusão a que determinados segmentos da sociedade estão sujeitos. Exclusão que não lhes assegura o direito básico à educação pública de qualidade.

Medidas urgentes na direção de se conseguir a universalização do acesso ao nível de ensino superior são necessárias, como afirma de forma contundente o PNE – Sociedade Brasileira. A democratização almejada não deve, contudo, apoiar-se em um universalismo falacioso, ignorante das desigualdades que atravessam e dão contornos específicos à constituição das classes sociais no Brasil. O pertencimento à determinada classe social e a determinadas etnias condicionam os direitos a que os cidadãos terão acesso, tornando imprescindível a elaboração de políticas afirmativas no intuito de garantir condições para que as políticas universais não sejam uma mera carta de boas intenções nunca realizável. O universalismo em uma sociedade de classes requer que os explorados e expropriados possam ter acesso real ao que de melhor existe em termos de políticas públicas. E é nesse sentido que pensamos as políticas de democratização do acesso das classes populares às universidades públicas.

Políticas de democratização do acesso e políticas para a Educação Básica

No PNE da Sociedade Brasileira (1997), elaborado coletivamente por setores da sociedade civil comprometidos com a educação pública, compreendendo inúmeras instituições e entidades representativas por meio de debates sistemáticos em seminários locais, regionais e nacionais, a democratização do acesso ao nível superior público já estava pautada. Objetivava-se a inserção de 40% da população entre 18 e 24 anos, inclusive os alunos com necessidades especiais, em instituições de ensino superior, no intervalo de dez anos.

O plano apresentou como diretrizes: a expansão da rede pública, atentando para as desigualdades regionais – e sociais – do país no sentido de diminuí-las, assegurando-se recursos para o pleno aproveitamento da capacidade física instalada para o ensino, pesquisa e extensão; a garantia de condições materiais para o desenvolvimento acadêmico do estudante universitário, tais como alimentação, transporte, moradia e disponibilidade de material de estudo aos que necessitassem.

A realização da meta proposta, por meio das diretrizes apresentadas, não poderia desconsiderar, assim como está no documento do Andes-SN, a oferta de educação básica de qualidade, observando-se a prioridade desta em locais de maior exclusão estrutural. Essas escolas públicas, em vista das demandas a que iriam de encontro, deveriam contar com apoio federal para que fossem asseguradas as condições necessárias a seu pleno funcionamento. Universidades públicas estariam sistematicamente acompanhando e dando suporte às mesmas. O referido documento defende, ainda, que essas universidades, no gozo de sua autonomia, deveriam formular estratégias para que descendentes dos povos originários, comunidades quilombolas e movimentos sociais do campo pudessem ter assegurado seu acesso. Dessa forma, esses segmentos sociais contariam com imprescindível fortalecimento às iniciativas de ocupação democrática do território. Observa, também, a extinção progressiva dos processos seletivos por meio do vestibular e a implementação de um sistema de avaliações realizadas pelas instituições de ensino superior em articulação com as redes de ensino básico.

É importante acrescentar que, ainda que teoricamente o ensino fundamental público (crianças de 7 a 14 anos) tenha sido universalizado, na prática as escolas não têm conseguido assegurar um padrão de qualidade que permita aos estudantes uma

escolaridade média com 8 anos de ensino. No Brasil, há 170 mil escolas públicas – e apenas 47% têm quatro horas (ou mais) de aulas por dia. O acesso formal por si só não elimina as dificuldades para o aprendizado. Também no ensino médio o quadro não é diferente. Por isso, toda e qualquer política que caminhe na direção de um futuro acesso universal ao ensino superior público, não deve prescindir de uma política de valorização do ensino básico.

No PRE-UFRJ apresentado pela Reitoria para deliberação do Consuni em 18/10/07, propõe-se a retomada da *“discussão, com vistas a uma deliberação sobre o assunto em prazo não superior a oito meses, do Programa Piloto de Acesso aos Cursos de Graduação da UFRJ para a Rede pública Estadual, elaborado pela PR1, apresentado nos Centros, discutido no CEG em 26 de outubro de 2005 e encaminhado às unidades para consulta”*. É preciso ressaltar que o programa proposto pela PR1, na época, estava atrelado ao programa governamental “Sucesso Escolar”, onde apenas as escolas que haviam aderido a este programa estariam aptas a participar, o que gerou grande polêmica no CEG.

Cabe ainda destacar que, conforme documento ‘Anexo V’ do “Relatório da Comissão para análise do PDE” criada pela Portaria 1345 (cf. “Dados da Graduação”) a UFRJ oferece hoje 6.618 vagas de graduação e, dentre estas, apenas 684 são destinadas exclusivamente aos cursos noturnos (Direito, Bacharelado em Educação Física, Dança, História, Pedagogia, serviço Social e Licenciaturas em Física, Geografia, Matemática, Química e Ciências Biológicas), além de cerca de mais 200 vagas compartilhadas entre os turnos diurno e noturno. Tais dados demonstram que a UFRJ carece, ainda, de uma expansão significativa dos seus cursos noturnos.

Assim, na direção da universalização do acesso, como proposta alternativa ao PRE-UFRJ, indicamos:

3.1.1) Construção de alternativas ao processo seletivo do vestibular, considerando, para isso, as metas de crescimento da oferta da educação superior pública e gratuita. A meta deve ser a extinção progressiva do vestibular por meio de avaliações realizadas pelas instituições de ensino superior em articulação com as redes de ensino básico a fim de que seja garantido acesso diferenciado aos estudantes provenientes das escolas da rede conforme definição dos colegiados competentes;

3.1.2) Como parte desta estratégia, a UFRJ deve firmar convênio com escolas de ensino básico da rede pública, preferencialmente em locais de grande exclusão social. Estas escolas devem ser permanentemente acompanhadas por grupo de professores, estudantes e técnicos e administrativos da UFRJ que devem desenvolver obrigatoriamente programas de suporte pedagógico sistemático a essas escolas, por exemplo por meio de cursos de extensão ou de vinculação à formação de professores, articulando as unidades de origem, FE e CAp;

3.1.3) Na busca de estratégias para assegurar acesso a descendentes dos povos originários, às comunidades quilombolas e a movimentos sociais do campo, constituir grupo de trabalho composto por professores, estudantes e funcionários técnicos e administrativos dos diferentes centros da UFRJ, para elaborar propostas de políticas afirmativas de inclusão, por exemplo cursos específicos de graduação para esses setores a exemplo do que já ocorre em outras universidades públicas no país;

3. Ampliação dos cursos noturnos na UFRJ.

V
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

As orientações para a assistência estudantil partem do diagnóstico e de proposições sistematizadas em documento da PR-1: Política de Assistência ao Estudante, compreendendo as seguintes prioridades:

1. Política de Acolhimento e instalação dos alunos de graduação e pós-graduação - deverá envolver as unidades com incumbência de promover uma atividade semestral para alunos estrangeiros e residentes fora do estado, que abordem questões legais, culturais e sociais. As informações sobre redes de serviços de apoio deverão estar atualizadas e ser divulgadas semestralmente.

2. Cursos gratuitos de línguas para os universitários, incluindo curso de português para estrangeiros. - Os estudantes das categorias C, D e E são os que têm menor domínio da língua estrangeira, apenas 14,7% apresentam um bom domínio da língua inglesa (FONAPRACE, 2006). Sugerimos ampla divulgação dos referidos cursos junto as unidades a serem informadas nas atividades desenvolvidas junto aos alunos estrangeiros.

3. Política de Assistência à saúde de alunos de graduação e pós-graduação - Segundo os dados da (FONAPRACE, 2003/04) 37% dos jovens universitários da classe C, D e E necessitam de assistência da saúde pública. Ademais, “36,95% dos estudantes das IFES apresentam necessidades significativas ou crise emocional durante o último ano do curso e 39,5% foram acometidos por dificuldades emocionais no início do curso” (FONAPRACE, 2003/04). Propomos a criação de uma política de atendimento envolvendo o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, Maternidade Escola da UFRJ/ Hospital Moncorvo Filho/Instituto de Puericultura Matargão Gesteira/Instituto de Psiquiatria/Instituto de Neurologia/ Instituto de Psicologia/ Divisão de Saúde do Trabalhador. Neste sentido a DVST deve ser a porta de acesso ao estudante que referenciará as demais unidades de saúde da UFRJ à assistência especializada necessária.

4. Comissão de Acompanhamento Acadêmico - Identificar o processo de implementação das COAAs nas diversas unidades de ensino da UFRJ e estimular a criação onde não exista, destacando a importância do trabalho das COAAs e recuperando a figura do professor orientador de turmas.

5. Alojamento - A UFRJ possui 43.187 alunos matriculados em seus cursos de graduação e pós-graduação strito sensu, contabilizando os alunos estrangeiros, para os quais oferece, apenas, 504 vagas no alojamento universitário. Segundo dados de uma pesquisa desenvolvida pelo Fórum Nacional dos Pró-Reitores as universidades federais brasileiras, as unidades públicas de ensino superior devem ofertar 30,5% (FONAPRACE, 2003/04) de vagas em alojamento aos estudantes que apresentam necessidade de moradia. No caso da UFRJ o quantitativo seria de 13.172 alojados, existe, pois, um déficit quantitativo de 12.668 vagas para alojamento na UFRJ.

6. Evasão e Vagas Ociosas - Identificar os motivos da evasão e sugerir medidas para a superação da evasão escolar na UFRJ.

7. Restaurante Universitário - 24,7 % (FONAPRACE, 2003/04) de estudantes da classe C,D e E das universidades públicas requerem os serviços do Restaurante Universitário a preços subsidiados para suprirem sua necessidade básica de alimentação e, poderem viver a dinâmica acadêmica, “contribuindo para seu melhor desempenho e formação integral”

(FONAPRACE, 2006). No caso específico da UFRJ, significa criar 10.667 refeições diárias.

8. Bolsas – Nas Unidades Públicas de Ensino Superior 35,4% (FONAPRACE, 2003/04) dos estudantes das classes C, D, e E exercem atividades não acadêmicas remuneradas para poderem cursar a universidade e/ou contribuírem com a renda familiar. Tendo em vista garantir a qualidade do desempenho discente a UFRJ, deve oferecer bolsas equivalentes a demanda por recursos econômicos. Neste sentido, deve-se aumentar o número de bolsas (auxílio, apoio, monitoria, iniciação artística e cultural, Laboratório de Informática de Graduação, Programa de Educação Tutorial, Iniciação Científica e Extensão) da UFRJ de 5.028 para 10.260.

A ampliação e distribuição do número de bolsas existentes na UFRJ considerando os seguintes critérios:

- priorizar as Unidades que apresentam maior número de alunos sem bolsa;
- considerar as Unidades com maior número de baixa renda;
- oferecer maior número de bolsas às Unidades que não tenham sido contempladas com bolsas oriundas dos Projetos financiados por editais em áreas específicas.
- No caso de empate na seleção de bolsistas priorizar os alunos baixa renda.

9. Acessibilidade – Investir no combate às barreiras atitudinais⁴ e físicas⁵, em todas as instâncias da UFRJ a começar pelo Vestibular.

10. Implementar um posto avançado da DAE no Campus da Praia Vermelha, em articulação com a ESS/UFRJ.

11. Transporte – A maioria dos estudantes das IFES (59,9% - FONAPRACE, 2003/04) utiliza transporte coletivo para deslocamento até a universidade. Destacamos a necessidade de promover “políticas articuladas com órgãos responsáveis pelo transporte urbano a fim de melhorar os índices de frequência por intermédio da redução do gasto com transporte” (FONAPRACE, 2006), uma vez que boa parte dos recursos dos estudantes são gastos de transporte. Sugerimos a adoção do Tiquete Transporte UFRJ, para alunos incluídos no Programa de Assistência Estudantil. A UFRJ, pode viabilizar o recurso por intermédio de uma Política de Acesso Gratuito ao Transporte Urbano junto ao Governo do Estado e as Empresas de Transporte.

12. Acesso a Biblioteca e Laboratórios de Informática - Os dados da (FONAPRACE, 2006) revelam que 65,4% dos estudantes utilizam as bibliotecas para consultas acadêmicas. O potencial a ser explorado pelas Bibliotecas Universitárias é dificultado mediante o limite de horário de atendimento e a viabilização de novas tecnologias de acesso a informação. Existe ainda um déficit na área de informática de 56,1% de estudantes ainda sem acesso, diretamente relacionados à posse do equipamento e neste sentido cabe à Universidade ampliar a políticas de inclusão digital junto aos estudantes das categorias C, D e E, uma vez que 43,1% raramente utiliza a Internet e 10,1% nunca utilizou (FONAPRACE, 2003/04).

13. Acesso a Cultura, esporte e Lazer – “ampliação dos programas culturais, esportivos e de lazer, promovidos pelas IFES para a comunidade interna/externa, estimulando a participação dos estudantes nesses programas”. (FONAPRACE, 2006)

As medidas aqui elencadas são compreendidas como estratégias para que o acesso e a permanência dos estudantes sejam materialmente garantidas como um dever do Estado.

⁴ As barreiras atitudinais são aquelas que se referem aos impedimentos oriundos de preconceitos que impedem o exercício da cidadania no uso amplo do ambiente e serviços oferecidos pela UFRJ.

⁵ Se referem aos impedimentos de circulação e uso de espaços ou mobiliários coletivos na UFRJ.

Todas essas orientações compõem um plano de ação universalista que assegure a todos a plena assistência estudantil. As prioridades aqui indicadas objetivam, por conseguinte, a generalização desse direito fundamental dos estudantes.

VI ORIENTAÇÕES GERAIS

Considerando (que):

- A universidade pública deve fazer parte da vida de toda metrópole do Rio de Janeiro e de seu interior, atendendo amplamente e indistintamente toda a comunidade que vive nas mais variadas regiões, independentemente de suas características pessoais, humanas ou sociais, reforçando o sentido amplo de seu caráter público.
- A necessidade de se romper com a lógica patrimonialista da distribuição espacial dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão, bem como dos laboratórios e grupos de pesquisa, gabinetes de professores e espaços dedicados a administração e bibliotecas em toda a UFRJ;
- A necessidade de espaços de convivência e um ordenamento espacial que facilite a interação entre estudantes, professores e técnicos-administrativos da UFRJ;
- A importância da interação de saberes na perspectiva da totalidade na formulação e difusão do conhecimento no sistema universitário público brasileiro;
- A necessidade de preservar o patrimônio histórico nacional, especialmente aquele de responsabilidade da UFRJ;

Propomos aqui as seguintes tarefas imediatas:

- Promover amplo debate entre as unidades para a identificação de campos de diálogos interdisciplinares.
- A partir da discussão coletiva, cada unidade formular, de acordo com seus conhecimentos específicos, currículos que abram espaço para os diálogos e interações curriculares.
- Formular propostas de cursos de graduação que permitam a articulação de unidades afins que possam dividir as responsabilidades técnicas, acadêmicas e administrativas sobre os cursos. Tais cursos devem respeitar a duração e os padrões de excelência identificados coletivamente como adequados para a universidade pública e para a UFRJ.
- Discutir a possibilidade de coordenação conjunta dos cursos já existentes cuja responsabilidade acadêmica já esteja estabelecida.
- Respeitar e estimular iniciativas de integração acadêmica entre unidades por meio de criação e manutenção de laboratórios de pesquisa, seminários e atividades de extensão.
- Ampliar o número de vagas professores e técnicos-administrativos por meio de concurso público, objetivando manter a dedicação exclusiva como uma condição para a garantia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Atualmente as 52 universidades federais (e mais as novas universidades que estão em processo de implementação) possuem, em conjunto, um orçamento próximo do dobro do orçamento das três universidades paulistas. A questão do financiamento, obviamente, é uma condição necessária para que a ampliação das vagas das universidades federais não repita a

trágica história da educação básica pública: quando o sistema foi massificado, não houve acréscimos correspondentes de recursos, criando um sistema pobre para os pobres. Essa é a essência do REUNI/ Universidade Nova.

O orçamento previsto sequer arranha o problema do financiamento. Para 2008 a LOA prevê apenas R\$ 480 milhões, cerca de R\$ 9 milhões por instituição. Apenas para efeito de comparação, a dívida da UFRJ com fornecedores ultrapassa R\$ 52 milhões! Não é casual que o orçamento de 2008 impede a contratação de professores e técnico-administrativos. O custo-aluno/ano previsto no REUNI é de R\$ 5 mil. Em 2003, conforme o TCU o custo estimado foi de R\$ 9,7 mil. Está evidente, também, que o REUNI pretende explorar as possibilidades do banco de professores-equivalentes para ampliar a contratação de professores em tempo parcial. O custo-docente estimado no referido programa é de R\$ 4 mil, o que permite antever uma universidade com docentes de 20h e 40h sem D.E, professores adequados ao modelo do "escolão". Não menos significativo, 56% do orçamento do REUNI será liberado apenas no futuro governo federal!

A UFRJ, em conjunto com as demais IFES, deve apresentar a sua política autônoma de ampliação, elaborando uma planilha clara dos recursos necessários para uma expansão com elevado rigor, garantindo indissociabilidade, remuneração digna aos seus servidores, assistência estudantil universal, recuperação da infra-estrutura e aporte de verbas para pesquisas que não estejam prisioneiras dos editais heteronômicos.

Esses objetivos exigirão forte protagonismo de nossa comunidade. Por isso, é crucial que a construção do processo de reforma seja ao mesmo tempo um movimento que unifique todos os membros da comunidade comprometidos com a causa da educação pública. Esse é o objetivo maior dessa proposta preliminar. Os milhões de estudantes que reivindicam a universidade pública esperam essa atitude ativa da comunidade universitária. Não temos o direito de desperdiçar essa oportunidade de reformar, no sentido do público, as nossas universidades!

ASSINAM ESTE DOCUMENTO:

Agnaldo Fernandes (Técnico-administrativo, Decania do CCJE, membro do Consuni)
Albana Lúcia Brito de Azevedo (Técnico-administrativo, Escola de Comunicação)
Alessandra Lopes (discente – Faculdade de Educação)
Gabriel Marques (discente, Faculdade de Educação)
Isadora Pereira (discente - Escola de Serviço Social)
Ivy Ana de Carvalho (discente - Escola de Serviço Social)
José Carlos Pereira (Técnico-administrativo, Decania do CT)
Julia Aparecida S. de Paula (discente - Escola de Serviço Social)
Júlia e Sá S. Campos (discente - Escola de Serviço Social)
Juliana Ladeira Pereira (discente – Escola de Serviço Social)
Leonardo Morgan (Técnico-administrativo – Instituto de Psicologia)
Morena Marques (discente – Escola de Serviço Social)
Prof. Anita Handfas (Faculdade de Educação)
Prof. Alejandra Pastorini Carleto (Escola de serviço Social)
Prof. Carlos Bessa (Faculdade de Ciências Contábeis)
Prof. Carlos Montañó (Escola de serviço Social)
Prof. Celina Maria de Souza Costa (Diretora do Colégio de Aplicação)
Prof. Cleusa dos Santos (Escola de serviço Social)
Prof. Fátima da Silva Grave Ortiz (Escola de serviço Social)
Prof. Gabriela Iema Icasuriaga (Escola de serviço Social)
Prof. Janete Luzia Leite (Escola de serviço Social)
Prof. João Felipe Matias (Instituto de Economia)
Prof. José Mauro Braz (Instituto de Neurologia)
Prof. Jailson A. Santos (Faculdade de Educação)
Prof. João Felipe Mathias (Instituto de Economia)
Prof. Luis Eduardo Acosta Acosta (Escola de Serviço Social)
Prof. Marcos Jardim (Professor e Diretor do Instituto de Psicologia)
Prof. Maria Cristina Miranda da Silva (Colégio de Aplicação)
Prof. Maria Magdala Vasconcelos de Araújo Silva (Professora e Diretora da Escola de Serviço Social)
Prof. Maria Malta (Instituto de Economia)
Prof. Marcelo Braz Moraes dos Reis (Escola de serviço Social)
Prof. Mariléa Franco Marinho Inoue (Escola de Serviço Social)
Prof. Maristela Dal Moro (Escola de serviço Social)
Prof. Mavi Pacheco Rodrigues (Escola de Serviço Social)
Prof. Renato Oliveira (Diretor da Faculdade de Educação)

Prof. Roberto Leher (Faculdade de Educação)
Prof. Sandra Martins de Souza (Colégio de Aplicação)
Prof. Sara Granemann (Escola de Serviço Social)
Prof. Yolanda Demetrio Guerra (Escola de Serviço Social)